

fernando claudín
a crise
do movimento
comunista

vol.1 - a crise da internacional comunista
prefácio de jorge semprún

TRADUÇÃO E INTRODUÇÃO
JOSÉ PAULO NETTO

global editora

1. A DISSOLUÇÃO

Quando nos deixou, o camarada Lênin nos constituiu em fiéis legatários dos princípios da Internacional Comunista. Juramos a ti, camarada Lênin, que não regatearemos nossa vida para fortalecer e ampliar a união dos trabalhadores do mundo inteiro, a Internacional Comunista! Stalin, 1924.

Último episódio de uma longa crise

No dia 10 de junho de 1943, a Internacional Comunista¹ deixou de existir “como centro dirigente do movimento operário internacional”. Esta fórmula indicava que as seções nacionais da IC subsistiriam, mas transformadas em partidos comunistas independentes, “liberadas das obrigações derivadas dos estatutos e resoluções dos congressos da IC”.² Na resolução do Presidium do Comitê Executivo da IC que anunciava a histórica decisão não se previa nenhuma outra forma de vinculação internacional entre os partidos comunistas. E tampouco se fazia a menor alusão à possibilidade de estabelecê-la no futuro. De “seções” de um “partido comunista mundial único”, dirigido por um Comitê Executivo cujas decisões “são obrigatórias para todas as seções e devem ser imediatamente aplicadas por estas”,³ os partidos comunistas passavam a ser, da noite para o dia, partidos nacionais totalmente independentes e desvinculados entre si — pelo menos se considerarmos a letra do documento oficial que punha termo à existência da IC.

Uma independência absoluta deste gênero entre os partidos comunistas dificilmente se conciliava com o internacionalismo marxista. A criação da Terceira Internacional, como a das suas duas predecessoras, fora uma consequência lógica, a nível da práxis política, do princípio teórico formulado por Marx nos estatutos da Primeira Internacional: “A emancipação dos trabalhadores não é uma tarefa local nem nacional, mas social e internacional”.⁴ Do caráter internacional da tarefa derivava a necessidade de uma organização do mesmo tipo. Suas estruturas, funcionamento, programa, etc., deveriam modificar-se, indiscutivelmente, com a mudança das condições históricas, mas os marxistas nunca haviam questionado a necessidade mesma de que o internacionalismo proletário se objetivasse numa forma concreta de organização.

Quando a guerra franco-prussiana e a derrota da Comuna, mais a luta intestina entre marxistas e bakuninistas, provocam a crise da Pri-

meira Internacional, Marx e Engels consideram a sua desapareção como um fenômeno passageiro.⁵ Quando a maioria dos dirigentes da Segunda Internacional abandona as posições internacionalistas para realizar a “união sagrada” com as respectivas burguesias nacionais na guerra de 1914, Lênin qualifica como traição a sua conduta e proclama imediatamente a necessidade urgente de criar uma nova Internacional. Um dos traços que mais radicalmente distingue esta das suas predecessoras é a primazia absoluta que confere ao “internacional” sobre o “nacional”. Desde o primeiro momento, ela erige em princípio “a subordinação dos interesses do movimento em cada país aos interesses comuns da revolução em escala internacional”⁶ e reafirma este princípio em cada um de seus congressos. O triunfo da “revolução proletária mundial” — diz-se no programa da IC aprovado pelo VI Congresso (1928) — exige “a estreita coesão dos operários num exército internacional único de proletários de todos os países, formado independentemente das fronteiras estatais, das diferenças de nacionalidade, de cultura, de língua, de raça, etc.”⁷ A Internacional Comunista é o organizador e o dirigente deste “exército”, seu “Estado-Maior”, cuja missão histórica é elaborar e aplicar a estratégia global que defina e articule a ação dos diversos “destacamentos” nacionais do exército mundial proletário.⁸

Por outra parte, Lênin e seus discípulos consideraram que a necessidade de uma organização revolucionária internacional, severamente centralizada e disciplinada, era particularmente imperiosa em tempos de guerra, quando as contradições sociais se exacerbam e a possibilidade da saída revolucionária pode colocar-se na ordem do dia. As estruturas da IC, precisamente, foram concebidas para que não se repetisse o ocorrido em 1914 — a Terceira Internacional não rui se a Segunda quando chegasse a hora da verdade. Por isto, o VI Congresso da IC “convida todas as seções a tomar as medidas preparatórias para a coordenação internacional das intervenções revolucionárias, a fim de encontrar-se em condições, chegado o momento, de opor à guerra grandes ações internacionais de massas”. E adverte: “O contato mais estreito deve ser estabelecido entre todas as seções antes do começo da guerra e, durante a guerra, este contato deve ser mantido por todos os meios”.⁹ O VII, e último, Congresso da IC (1935) confirma as decisões do VI em relação à guerra e renova a tese de Lênin e Rosa Luxemburgo, aprovada no Congresso de Stuttgart da Segunda Internacional: “Se, apesar de tudo, a guerra eclode, o dever da classe operária é atuar para que ela cesse imediatamente e utilizar, com todas as suas forças, a crise econômica e política criada pela guerra para despertar a consciência política das massas populares e precipitar a queda da dominação capitalista”.¹⁰

A guerra eclode. O proletariado internacional enfrenta um combate cujas dimensões mundiais não tinham precedentes na história do

movimento operário. Ademais, a guerra — sobretudo a partir do ataque alemão contra a URSS — não se enquadra em nenhum dos modelos meticulosamente elaborados pela IC — apresenta traços novos, originais.¹¹ Vista desde o ângulo dos princípios e postulados tradicionais da IC, esta circunstância parece acentuar a necessidade de um centro que assegure a direção estratégica e tática do proletariado mundial, tanto durante a guerra como na hora da vitória. E é nesta situação, quando o “exército do proletariado internacional” está empenhado no mais duro dos combates contra o imperialismo fascista, e emergem as segundas intenções do outro setor do imperialismo, aliado temporal da URSS, que o “Estado-Maior” da revolução mundial decide... *dissolver-se*.

O que aconteceu? Traição, como bradam imediatamente os trotskistas? Medida “acertada e oportuna, porque facilita a organização do assalto comum de todos os povos amantes da paz contra o inimigo comum”, como declara Stalin? Resolução ditada pela experiência histórica da IC, que revelara a inadequação de suas estruturas, como explica o Comitê Executivo da Internacional?

Até hoje, as causas da dissolução da Internacional foram objeto de escassa atenção. Para os principais críticos comunistas da IC (os inseridos na corrente trotskista), tudo estava claro: era o final lógico da instrumentalização da IC a serviço da política exterior da URSS. Deutscher, em seu *Stalin*,¹² prende-se a este ponto de vista que, mesmo contendo um elemento de realidade e de primeira importância, simplifica o problema. Outros especialistas em “comunismo”, assim como tratadistas da segunda guerra mundial, reproduziram a explicação, que quase se converteu num lugar-comum. Quanto aos historiadores e dirigentes dos partidos comunistas, sua contribuição se limitou a repetir a versão oficial de 1943, segundo a qual a razão básica da dissolução da IC era que a experiência do próprio organismo demonstrara a impossibilidade de dirigir o movimento operário de cada país desde um centro internacional.¹³

Em nosso estudo do problema, concluímos que as duas motivações existem, mas no interior de um conjunto mais complexo de fatores. A liquidação da IC em 1943, na realidade, recobre a chegada a um ponto crítico, num momento de viragem da história mundial — a dissolução coincide com a inflexão decisiva da guerra a favor da coalizão anti-hitleriana e está intimamente conectada a ela —, de processos teóricos, políticos e estruturais que vinham de longe, do próprio nascimento da Terceira Internacional. É o único episódio de uma longa crise, iniciada em 1921, quando o curso real do mundo capitalista entrou em contradição com os fundamentos teóricos e organizacionais da IC. A história da Terceira Internacional é a história da impotência para superar esta contradição mediante auto-reforma que a tornasse capaz de interpretar justamente a realidade e de atuar com eficácia sobre ela para lograr sua transformação revolucionária.

Mas o interesse que a dissolução oferece não reside apenas na apresentação, de modo concentrado, da fase extrema a que chegara a crise da IC. Ao mesmo tempo, encerra as premissas da ulterior crise do movimento comunista, do movimento cuja certidão de nascimento está escrita no certificado de óbito da IC. A dissolução desta, com efeito, não elimina os fatores que determinaram a sua crise — projeta-os, sob outras formas ou sem qualquer modificação, à nova etapa do movimento comunista. A crise deste — objeto principal da nossa investigação — não se pode entender sem o exame fundamental daqueles fatores. Em outras palavras: a análise da crise da IC é absolutamente indispensável para tornar inteligível a análise da crise atual do movimento comunista. Daí que tenhamos dedicado o primeiro tomo deste livro ao exame da crise da Internacional Comunista. Iniciamo-lo com a análise da dissolução porque o conhecimento prévio do ponto de chegada facilita a inteligibilidade do processo. Por seu turno, a análise deste nos permitirá chegar de novo à dissolução da IC abarcando todas as implicações que encerra para o curso ulterior do movimento comunista.

A versão oficial da dissolução da IC está contida em três documentos que, dadas a sua relativa pouca extensão e as repetidas referências que fazemos a quase todas as suas partes, reproduzimos integralmente na nota 14. Estes documentos, únicas fontes disponíveis, são: a resolução do Presidium do Comitê Executivo da IC, de 15 de maio de 1943; o comunicado, do mesmo organismo, datado de 9 de junho e a declaração de Stalin, de 28 de maio do mesmo ano.¹⁴ As discussões no seio do Presidium, as opiniões de outros dirigentes comunistas, os termos concretos da intervenção de Stalin na questão (que, é supérfluo dizê-lo, não se reduz à declaração citada), os dados exatos relativos à conexão interna entre a dissolução da IC e os problemas estratégicos e diplomáticos colocados neste momento ao governo da URSS permanecem até hoje no segredo dos arquivos soviéticos. Na investigação deste problema, como na de muitos outros da IC, tropeça-se com a dificuldade assinalada por Togliatti em 1959: as fontes “são hoje de acesso difícil, encontram-se dispersas em lugares diferentes, em publicações quase impossíveis de localizar nos países do Ocidente. Mesmo na União Soviética, a reedição dos documentos indispensáveis para um exame histórico sério está apenas começando. E por que não aduzir que às dificuldades materiais se somam outras, concernentes à *substância* dos temas que uma história da IC deveria tratar?”¹⁵ O “mesmo” desta discreta crítica togliattiana aos responsáveis soviéticos deveria ser substituído por um “sobretudo”, para que a crítica correspondesse melhor à realidade: já quando Togliatti escrevia, e particularmente nos anos posteriores, no Ocidente se reeditaram muito mais documentos da IC do que na URSS.¹⁶ Ademais, a investigação marxista necessita não apenas da reedição dos materiais que, originalmente, foram públicos, mas

do acesso aos documentos internos da IC. Naturalmente, na história de uma organização revolucionária, cuja atividade em grande parte foi clandestina, há aspectos que não podem ser publicitados inclusive muito tempo depois dos acontecimentos. Mas a atividade da IC conta já com uma antiguidade que oscila entre os cinquenta e os vinte e cinco anos. Por outro lado, a “substância” aludida por Togliatti não se compõe principalmente de matérias “técnico-conspirativas” — é, antes de tudo, “substância” política. Concerne à luta interna no Partido Comunista soviético e na IC, aos métodos que se utilizaram nesta luta, às conexões entre as atividades da IC e a política exterior soviética, etc. É evidente que o estado de coisas caracterizado pelo secretismo constitui um verdadeiro escândalo desde o ponto de vista dos interesses teóricos e políticos da luta revolucionária. Concretamente, é uma barreira para o aproveitamento crítico da rica experiência contida nos vinte e cinco anos de vida da IC. No manifesto inaugural da Primeira Internacional, Marx conclamava os operários a “se iniciarem nos mistérios da política internacional”. Ele não suspeitava quão difícil seria para os marxistas, passado o tempo, iniciarem-se nos “mistérios” da sua própria organização. Na medida em que esta dificuldade o permite, trataremos de penetrar no “mistério” da dissolução da IC.

Ironia da história

Como se sabe, as questões de “procedimento” são, com frequência, reveladoras — particularmente em política. À primeira vista, o procedimento seguido para a dissolução da IC (cfr. resolução, ponto 7, e comunicado) foi o mais democrático possível, dadas as circunstâncias. Era inviável, evidentemente, convocar o Congresso — instância natural num assunto de tamanha importância —, mas o Presidium, cuidadoso para não decidir por si só, submeteu o problema à consideração das seções. Chegam vinte e oito respostas concordantes, entre as quais, conforme sublinha o comunicado, figuram “todas as seções mais importantes”. Não aparece nenhuma objeção. Em tempos de guerra, o que mais se poderia pedir?

No entanto, examinando-se mais de perto a consulta, a coisa muda de aspecto. Em primeiro lugar, os dados oferecidos pelo comunicado do Presidium implicam que a dissolução foi aprovada por uma minoria de seções. Realmente, segundo o último congresso da IC, a organização contava com setenta e seis seções.¹⁷ Portanto, quarenta e oito partidos, quase dois terços dos componentes da IC, “não puderam opinar”. Entre estes partidos está a totalidade, com exceção do sírio, dos partidos dos países coloniais e dependentes da Ásia e da África. Como, de acordo com o comunicado do Presidium, entre as seções que

opinaram figuram “todas as mais importantes”, isto significa que para os dirigentes da Internacional nenhum dos partidos comunistas asiáticos, inclusive o Partido Comunista da China, entrava naquela categoria. Dado significativo que, por agora, nos limitamos a registrar.

Por outra parte, entre os vinte e oito partidos que opinaram, catorze (entre os quais se incluem todos os “mais importantes”, menos o soviético) estavam naquele momento na clandestinidade, em países fascistas ou ocupados pelos fascistas, separados de Moscou por duas frentes de guerra. É concebível que em uns quantos dias estes partidos pudessem responder à consulta do Presidium? A “resposta” se explica, em quase todos os casos, porque alguns quadros dirigentes destas seções da IC estavam refugiados em Moscou. Eles, sem dúvida, foram os que aprovaram a dissolução em nome de seus partidos.

Outro fato significativo é o seguinte: a resolução de 15 de maio se fez pública imediatamente (por isto, o correspondente da agência Reuter em Moscou pôde referir-se, em sua pergunta a Stalin, aos “muito favoráveis” comentários britânicos); a 28, aparecia a declaração de Stalin, na qual se fala da dissolução como algo que não oferece a menor dúvida. Ou seja: antes que o Presidium pudesse coletar um número decente de aprovações qualificadas, a dissolução da IC era apresentada ao mundo inteiro como um fato consumado. A consulta às seções era um simples artifício para cobrir as formas.

Evidentemente, a liquidação da IC era assunto *urgente*. Existiam razões poderosas que impediam qualquer espera. Mas, ao mesmo tempo, dissolver a IC por um simples decreto do Presidium era demais. A solução foi mascarar o decreto com a paródia da consulta.

Por que era tão urgente que a IC desaparecesse? Depois da vitória soviética em Stalingrado e da derrota do Eixo no norte da África, a perspectiva do triunfo antinazista se perfilava claramente no horizonte. Que razões impediam que se esperasse o final da guerra para que os partidos pudessem examinar em seus congressos problema tão importante como a dissolução da sua organização internacional? A resolução do Presidium não explica tais razões. Seu argumento básico era que a experiência da IC demonstrara a impossibilidade de dirigir o movimento a partir de um centro internacional. Admitindo como válido o argumento (mais adiante examinaremos esta questão), não se justifica, no entanto, a urgência da dissolução. Se a citada impossibilidade existia, bastava “congelar” a atividade dos órgãos dirigentes da IC até que um congresso decidisse o que fazer.

A chave da urgência transparece, em troca, na declaração de Stalin: “A dissolução da IC é acertada e oportuna porque facilita a organização do assalto comum [...]”, “é perfeitamente oportuna porque precisamente agora [...] é necessário organizar o assalto comum [...]”, por que dará como resultado “o fortalecimento ulterior da Frente Única dos

Aliados [...]”. E o significado exato destas fórmulas fica adequadamente explicitado no livro de William Forster, *História das três internacionais*. William Forster, presidente do Partido Comunista dos Estados Unidos até sua morte, foi, desde 1935, membro do Presidium do Comitê Executivo da IC e se distinguiu sempre por sua identificação com as posições dos dirigentes soviéticos. Seu livro se ajusta inteiramente ao padrão da historiografia staliniana, mas precisamente por isto a passagem que reproduzimos em seguida tem um interesse maior: “É significativo — escreve Forster — que a decisão histórica sobre a dissolução da Internacional foi adotada *no momento mais agudo* da luta pela criação de uma segunda frente na Europa. Esta frente era totalmente necessária para alcançar a vitória rápida e decisiva. Mas os elementos reacionários ocidentais a retardavam, utilizando as especulações de Goebbels sobre a Internacional. *Não há nenhuma dúvida de que a impressão favorável produzida na burguesia mundial pela dissolução da Internacional desempenhou um papel decisivo na superação do círculo vicioso criado*. Pouco depois (em novembro-dezembro de 1943), realizou-se a famosa conferência de Teerã, na qual, finalmente, fixou-se a data da abertura da segunda frente”.¹⁸

O “círculo vicioso” a que alude Forster era o seguinte: a IC não abolira formalmente seu programa de “revolução mundial”; “adormecido” nos anos da Frente Popular, foi novamente agitado pela IC no período do pacto germano-soviético, apontando-o justamente contra os Estados capitalistas que pouco depois converter-se-iam em aliados da União Soviética. A “burguesia mundial” continuava levando a sério este programa. O *New York Times*, por exemplo, escrevia, a 14 de fevereiro de 1943: “Lenta, inexoravelmente, os exércitos russos continuam avançando para o oeste [...] Estes exércitos suscitam em muitos espíritos interrogações que proporcionam terreno fértil para a propaganda nazista de última hora, que agita o fantasma da dominação bolchevique na Europa”. Por outro lado, Stalin temia que a Inglaterra e os Estados Unidos se orientassem para uma paz em separado com a Alemanha. Ao que parece, considerava que uma viragem dos aliados capitalistas em 1943 podia mudar ainda o curso da guerra. Para vencer, o exército soviético teria que avançar e derrotar o exército hitleriano. Mas o temor às conseqüências revolucionárias da derrota alemã podia vulnerabilizar a coalizão anti-hitleriana. Havia que romper o “círculo vicioso” fixando claramente, de maneira aceitável para todos os interessados, os objetivos da vitória. E, desde logo, a perspectiva da revolução na Europa não era aceitável para os aliados capitalistas da URSS.

As razões da urgência, assim, aparecem muito claras. Independentemente de outros motivos sérios — e os havia — para a dissolução da IC, o *momento* escolhido para levar à prática a medida esteve ple-

namente determinado pela urgente necessidade de dar “garantias” aos Estados capitalistas acerca dos objetivos políticos da URSS. Colocado o problema nestes termos, compreende-se que não se pudesse esperar por um congresso da IC, nem mesmo consultar o núcleo comunista dirigente de cada país (o que não era impossível, dados os meios “técnicos” de que a IC dispunha, mas que exigiria um prazo de vários meses). E, ao fim das contas, para resolver o que se pretendia, o decisivo não era o que pensassem os comunistas: *decisivo* era o que pensassem Roosevelt e Churchill, a “burguesia mundial”, como diz Forster.

Registremos de passagem — sem nos estender em detalhes, que nos afastariam do nosso tema — que a dissolução da IC aparece sincronizada com um conjunto de medidas que vão todas na mesma direção. Pouco tempo depois, Stalin recebe o patriarca Sergius, chefe da Igreja Ortodoxa russa, e ao cabo de uma longa e amistosa entrevista resolve restaurar o Santo Sínodo. No mesmo período, a *Internacional* resolve restaurar o Santo Sínodo. No mesmo período, a *Internacional* é suprimida como hino oficial do Estado soviético e substituída por um cântico à Grande Rússia.¹⁹ E, a 10 de maio, cinco dias antes da data que figura ao pé da resolução que dissolve a IC, celebra-se em Moscou um congresso pan-eslavo presidido por Dimitrov. Simbólica distinção!

Pois bem: a dissolução da IC poderia ser um ato suficiente para desvanecer, entre os aliados da URSS, o temor à revolução? De acordo com o raciocínio de Stalin, a medida fortaleceria a “Frente Única dos Aliados” e facilitaria a organização “imediate” do “assalto comum”, porque põe termo à “calúnia” de que Moscou interfere na vida de outras nações para bolchevizá-las, assim como à “calúnia” de que os partidos comunistas não atuam no interesse de seus povos, e sim sob ordens estrangeiras. Os nazistas e os “adversários do comunismo dentro do movimento operário” — argumenta Stalin — apresentam a IC como o instrumento desta ingerência. Portanto, a dissolução da IC põe fim à calúnia (a resolução do Presidium, ainda que sob forma menos desenvolvida, utiliza este mesmo recurso polêmico; cfr. resolução, ponto 2).

Calúnia, segundo o dicionário, significa “acusação falsa, feita maliciosamente para causar dano”. Se acusar a IC de ingerência era uma calúnia, isto quer dizer que a IC realmente não interferia nos problemas dos diversos países, não dava ordens aos partidos comunistas. Mas se a realidade era esta, a dissolução da IC não alterava nada de substancial, pelo menos para os bem informados. O ato só poderia ter um efeito psicológico, propagandístico, sobre os que tomavam a calúnia por verdade. E se poderia incluir nesta categoria os dirigentes do capitalismo mundial, os Roosevelt e os Churchill? Tratava-se de assentar as premissas políticas para um acordo com estes senhores, um acordo que deveria fixar os destinos do mundo por toda uma época. Podia a disso-

lução da IC exercer uma influência importante — decisiva, segundo Forster — na grande negociação diplomática, se não modificava realmente o estado de coisas, se apenas “suprimia” algo inexistente?

Stalin, tranqüilamente, reduzia vinte e cinco anos de história a “calúnia”. Os estatutos, o programa, as resoluções da IC proclamavam que a IC existia e que seu Comitê Executivo funcionava permanentemente com um objetivo muito concreto: dirigir a luta revolucionária em cada país através da seção nacional respectiva, coordenar estas lutas nacionais em escala internacional dentro de uma concepção estratégica mundial da revolução socialista. A burguesia de cada país e o capitalismo internacional especularam sempre com a teoria e a prática revolucionárias da IC para acusar os comunistas de estarem às ordens de Moscou, etc. Lênin e os comunistas não respondiam a essas acusações negando os fatos, mas refutando a sua interpretação reacionária. A inegável intervenção da IC nos problemas internos de cada país — argumentavam — correspondia aos interesses do seu proletariado, o “nacional” deveria estar subordinado ao “internacional”, o Estado soviético tinha o dever de ajudar a luta revolucionária em cada país — evidente ingerência nos “assuntos internos” —, etc. Os diversos partidos comunistas e a IC reconheciam abertamente que o Partido Comunista da URSS era o “partido dirigente” da Internacional. Ademais, a própria resolução do Presidium dissolvendo a IC equivalia a um desmentido rotundo da tese da “calúnia”. Ao declarar que a IC se dissolvia para pôr fim ao método de “solucionar os problemas do movimento operário de cada país a partir de um centro internacional”, reconhecia a ingerência da IC nos assuntos internos de todos os países.

Em suma, a dissolução da IC não punha fim a uma “calúnia”: punha fim a uma *realidade*, ao que a IC fora realmente, com seus acertos e seus erros. Por isto, podia facilitar as negociações Stalin-Roosevelt-Churchill.

Por que Stalin recorre ao subterfúgio da “calúnia”? Talvez como meio para dissimular, ante os comunistas e as massas trabalhadoras, a significação profunda da concessão que faz aos chefes do capitalismo mundial. Assim apresentada, poderia ser interpretada — e assim a entenderam geralmente os comunistas — como um ardil de guerra. A sacralização de Stalin — já aureolado com a glória da batalha de Stalingrado —, que a IC cultivara sistematicamente em seus quinze últimos anos, por outra parte, tornava muito difícil a leitura crítica, pelos comunistas, da declaração de 28 de maio.²⁰

Stalin não enterra apenas a “calúnia”: procura tranqüilizar os Aliados acerca da sua eventual ressurreição. Os partidos comunistas deixam de ser uma força organizada internacionalmente. Na seqüência, limitam-se a atuar estritamente no marco nacional. Este é, provavelmente, o significado contido no estranho silêncio, que assinalamos, guar-

dados pela resolução do Presidium sobre qualquer outro tipo de vinculações internacionais entre os partidos comunistas. Mas nem a dissolução da IC, nem a tácita promessa de não restaurá-la sob outras formas podiam ser suficientes para os experimentados políticos do imperialismo. Para eles, era evidente que pelo menos uma vinculação se manteria, ainda que operasse muito subterraneamente: a vinculação entre cada partido e o centro soviético. Exceto se se dissolvessem também os partidos comunistas — pretensão excessiva, por maior que fosse a boa vontade de Stalin —, o essencial para os governantes burgueses era o sentido em que influiria a vinculação subsistente. Numa palavra: qual seria a política dos partidos comunistas na fase final da guerra e no pós-guerra? Iriam “utilizar, com todas as suas forças, a crise econômica e política criada pela guerra para despertar a consciência política das massas populares e precipitar a queda da dominação capitalista”, como preconizava o último congresso da Internacional? Na resposta a esta pergunta reside a concessão fundamental que Stalin faz aos Aliados. A resolução do Presidium, de fato, não se limita a dissolver a Internacional: formula, ao mesmo tempo, uma orientação susceptível de satisfazer aos Estados capitalistas que participavam da coalizão antihitleriana. Não porque represente uma garantia infalível contra a revolução — nem sequer os partidos comunistas, mesmo que o quisessem, poderiam oferecer uma garantia destas —, mas porque deixava aos partidos da burguesia uma ampla margem de manobra para prevenir o perigo. Os acontecimentos demonstraram que eles souberam utilizá-la inteligentemente.

União antifascista “sem distinção de partidos ou crenças religiosas” (resolução, ponto 4): esta é a expressão genérica da tática que a IC, ao desaparecer, prescreve aos partidos comunistas e ao proletariado em geral. Pois bem: sob esta formulação geral podiam abrigar-se conteúdos muito diferentes. Como é notório, a primeira formalização da política de unidade antifascista foi a frente popular. Mas ela incluía explicitamente uma perspectiva de aprofundamento revolucionário, inspirada na estratégia leninista da transformação da revolução democrático-burguesa em revolução socialista. Ao mesmo tempo, o VII Congresso, como já vimos (cfr. p. 27), reafirmou a orientação tradicional da IC: aproveitar a crise que uma nova guerra mundial haveria de criar para atacar os fundamentos mesmos do capitalismo. Na resolução do Presidium não só se guarda silêncio sobre ambas as perspectivas, mas ainda se introduzem diretivas táticas destinadas, conforme toda evidência, a conter a luta antifascista nos limites da democracia burguesa. Em face dos Estados aliados à URSS, assinala-se que o “dever sagrado” dos comunistas é “apoiar por todos os meios os esforços militares dos governos destes países” e “atuar dentro dos marcos do seu Estado”. Nem sequer há a recomendação de observar uma atitude crítica diante des-

ses “esforços militares” que, em muitos casos, deixavam bastante a desejar. Quanto aos países do bloco hitleriano, a tarefa dos comunistas — diz a resolução — é contribuir para a derrota e a queda dos “governos culpados” pela guerra. Nenhuma alusão ao capitalismo monopolista alemão e italiano, principal promotor da política agressiva dos dois países (cfr. resolução, ponto 4). Numa palavra: a perspectiva de transformar a luta antifascista em revolução socialista era tacitamente eliminada. Pode-se objetar que esta perspectiva continuaria na intenção oculta dos partidos comunistas. Mesmo que fosse assim, o problema, substancialmente, não se altera. A revolução somente se prepara mediante uma ação ideológica e política *aberta*, que formule claramente, à luz do dia, seus objetivos, métodos, etc.

A rigorosa sincronização do testamento político da IC com as exigências da negociação entre a URSS e seus Aliados (tal como as entendiam os dirigentes soviéticos) se revela noutra particularidade da resolução do Presidium — não contém uma só referência à luta de libertação dos povos das colônias e semicolônias. Parte deles, neste momento, tratava de utilizar as dificuldades do imperialismo anglo-francês (assim como do holandês, etc.) para romper com as cadeias colonialistas. Para não inquietar aos aliados da URSS, a IC silencia prudentemente este combate. Outros, como o povo revolucionário da China, estão empenhados na guerra de libertação contra o imperialismo japonês, com o qual estão em guerra os Estados Unidos, aliados da URSS. A consideração anterior não vale, pois, em relação aos Estados Unidos. Mas a União Soviética firmara, em 1941, um pacto de neutralidade e não agressão com o Japão, que terá vigência até o momento em que, virtualmente vencido o imperialismo japonês, a URSS lhe declare guerra a fim de assegurar-se posições estratégicas no Extremo Oriente. Para não perturbar o pacto soviético-nipônico, a resolução de 1943 guarda silêncio sobre a grande luta revolucionária dirigida pelo Partido Comunista da China. Este nem mesmo figura, como vimos, entre as “seções mais importantes da IC” (cfr. p. 34). O euro-centrismo que caracteriza toda a atividade da IC — apesar do progresso radical que, neste aspecto, ela representa em face da Segunda Internacional — revelou-se da maneira mais óbvia na hora da sua dissolução.

E toda esta orientação que a IC prescreve aos partidos comunistas no momento em que desaparece da cena histórica — orientação na qual está inscrita, não só como realidade admitida, mas como realidade respeitada, a subsistência, no pós-guerra, do núcleo principal do capitalismo imperialista —, esta orientação é apresentada na resolução do Presidium e na declaração de Stalin como susceptível de “*garantir* a amizade recíproca das nações sobre a base da *igualdade* de direitos”; como capaz de desobstruir “o caminho para a futura organização da colaboração *fraternal* das nações, baseada na *igualdade*”. Assim se fo-

mentava nas massas, através dos dirigentes máximos do movimento comunista, a ilusão de que a igualdade e a fraternidade entre as nações é compatível com a subsistência dos principais Estados imperialistas; a ilusão de que estes Estados, pela única virtude de guerrear contra seus rivais capitalistas ao lado do Estado soviético, propor-se-iam instaurar um mundo ideal. Os chefes do capitalismo saberão aproveitar este suplemento de crédito moral que lhes concediam os chefes do comunismo, tanto quanto aproveitarão habilmente a margem de manobra que lhes proporcionava a limitação dos objetivos dos partidos comunistas aos marcos da democracia burguesa.

É desnecessário realçar que a convocação explícita-implícita contida na resolução de 1943, para que a luta antifascista não ultrapasse os limites admissíveis para as potências capitalistas, tem lugar no momento em que já se iniciara a fase ofensiva da guerra por parte da coalizão anti-hitleriana. Esta fase não se caracteriza só pela ofensiva nas frentes militares, mas pela potente progressão da Resistência nos países ocupados e pelo fortalecimento, no seu interior, das tendências mais radicais. É a fase em que ainda subsiste o perigo de uma inversão das alianças — embora todo o contexto político torne cada vez mais difícil esta eventualidade —, mas na qual, ao mesmo tempo, cresce uma força nova, cheia de potencialidades revolucionárias.

Sobre este ponto, retornaremos noutro lugar. Aqui nos limitaremos a uma só observação. Não existe ainda uma investigação objetiva da segunda guerra mundial que dê conta, em toda a sua complexidade, da correlação e da dinâmica dos fatores militares, sociais e políticos nesta fase do grande drama. Não se pode descartar, portanto, a hipótese de que a resolução de 1943 respondesse a uma avaliação realista daquela correlação de forças, dos perigos existentes, das possibilidades reais que se abriam às vanguardas revolucionárias. Mas, ainda neste caso, subsistiria o caráter nitidamente oportunista da resolução, dadas a maneira mistificada como apresenta as concessões que faz ao imperialismo “anti-hitleriano” e as ilusões que a política dos partidos comunistas, inspirada nesta linha, semeou entre as massas populares. Mistificação e ilusões que só podiam facilitar o engano dos povos pelos líderes do “mundo livre”.

É certo que os “aliados capitalistas” pagaram o seu tributo. Para assegurar a vitória sobre seus concorrentes na exploração mundial, tiveram que contribuir para a vitória do Estado nascido da revolução de outubro. A segunda grande divisão das “esferas de influência” no século XX — iniciada na conferência de Teerã com a decisão sobre o cenário da segunda frente, precisada na entrevista Stalin-Churchill de outubro de 1944, consagrada em Ialta e Potsdam — implicou, por parte dos Estados capitalistas vencedores, no reconhecimento da projeção européia da URSS.²¹ Esta projeção supunha a instauração, no leste e no

sudeste europeus, de regimes que oferecessem plenas garantias ao Estado soviético, o que era dificilmente compatível com a manutenção das estruturas capitalistas (mais adiante se revelaria que não bastava a liquidação do capitalismo para garantir a “segurança” da URSS, tal como a entendiam os soviéticos; também se requereria que os dirigentes dos novos Estados obedecessem incondicionalmente ao centro soviético). A perspectiva de revolução socialista, excluída do testamento da IC, seria reintroduzida nestes países ao amparo da razão de Estado.²²

Bem pesadas as coisas, há que convir que o tributo pago pelos Estados imperialistas ao seu circunstancial aliado “operário”, embora não fosse desprezível desde o ponto de vista do processo histórico da revolução mundial, tampouco era exorbitante desde o ponto de vista dos interesses de tais Estados. Em troca da liquidação dos seus rivais capitalistas e da obtenção de garantias contra a revolução no Ocidente europeu industrialmente desenvolvido, assim como na estratégica zona mediterrânea, “aceitavam” a consolidação do Estado soviético e a supressão do capitalismo na área mais atrasada da Europa. O primeiro componente era, sem dúvida, a parte mais “gravosa” do tributo. Mas não se pode perder de vista que o sistema capitalista saía de uma etapa em que conhecera a mais grave crise econômica da sua história e o mais terrível conflito bélico interimperialista. Tampouco não há que esquecer que, além de salvar o Ocidente europeu e o grande Estado capitalista do Oriente, o capitalismo crescia de modo gigantesco a sua potência nos Estados Unidos.

Os acontecimentos se encarregaram de provar que as garantias contra o desbordamento revolucionário da luta antifascista, dadas por Stalin a seus aliados, operaram eficazmente onde deveriam fazê-lo. Na França e na Itália, a situação interna, durante a última fase da guerra e no seu término, era indiscutivelmente mais desfavorável para a burguesia — no plano das forças político-sociais internas — do que na maioria dos países do leste. Os partidos comunistas dispunham de enorme influência e no interior da social-democracia existia uma importante ala esquerda. Mas estes partidos, prudentemente, souberam levar em conta o “fator externo”. Na Grécia, onde a situação interna era francamente revolucionária, o partido comunista não observou a mesma prudência e foi liquidado. Pois bem: o “fator externo” não era somente a disposição para *intervir* das forças anglo-americanas, como costuma apresentá-lo a historiografia comunista oficial; era, igualmente, a disposição para *não intervir* das forças soviéticas (e inversamente, quando se tratava dos países sob a projeção soviética). O “fator externo” era um compromisso com três artífices principais — Stalin, Roosevelt, Churchill — e um só deus verdadeiro: a razão de Estado. Em virtude deste compromisso, a revolução não passou do estado potencial na França e na Itália, foi liquidada na Grécia, não pôde levantar a cabeça na Es-

panha — mas acabou por impor-se nos países do leste da Europa.

No altar deste compromisso foi liquidada e utilizada a IC. *Liquidada*, para mostrar, com um gesto espetacular, que os dirigentes soviéticos renunciavam a “estimular” a revolução nos centros vitais dos seus aliados; *utilizada*, para dar forma positiva a esta renúncia, para preparar política e ideologicamente os comunistas e o proletariado europeu para a aceitação deste compromisso. A resolução de maio de 1943 foi, numa só peça, o atestado de óbito do passado e o documento guia do presente e do futuro imediato.

É a ironia da história. Criada em 1919, “com o objetivo de organizar a *ação conjunta* do proletariado dos diversos países para um mesmo fim: liquidação do capitalismo, instauração da ditadura do proletariado e da república internacional dos soviéticos [...]”,²³ a IC se autodissolvia em 1943 para facilitar a *ação conjunta* da primeira república soviética com os Estados capitalistas que organizaram a intervenção armada para liquidá-la em seu berço. Nascida com um programa de revolução mundial a curto prazo, morria vinte e cinco anos depois postulando um horizonte de fraternal colaboração do Estado soviético com os Estados capitalistas.

Atestado de falência

Como é natural, dado o estilo que se instalara na IC desde muitos anos antes da sua dissolução, o documento do Presidium escamoteia cuidadosamente todo reconhecimento explícito de que a medida obedece a exigências peremptórias das negociações entre Stalin e os Aliados. Toda a sua argumentação está construída sobre a tese de que a dissolução vem determinada pela experiência histórica da Internacional. O fato de que esta argumentação sirva para ocultar, para os comunistas, o aspecto que analisamos nas páginas anteriores não significa que ela seja falsa ou secundária. Ao contrário, possui enorme relevância. Seu substrato, como já sabemos, consiste em que a própria atividade da IC fora demonstrando a impossibilidade de dirigir o movimento operário de cada país a partir de um centro internacional. A resolução nos descreve um processo no qual se foi produzindo uma inadequação cada vez maior entre a IC — enquanto *forma* de organização internacional e enquanto *método* de direção — e as necessidades do movimento operário (cfr. resolução, ponto 3). Vejamos o esquema do processo.

Houve um “período inicial”, cuja duração não é precisada, no qual a IC foi a forma de organização adequada para aquelas necessidades. Nestes período, ao que parece, foi possível “a solução dos problemas do movimento operário de cada país por um centro internacional”.

Depois, vem um “período final”, no qual o método utilizado co-

lide com “dificuldades insuperáveis”, com a IC chegando a ser, “inclusive, um obstáculo para o fortalecimento ulterior dos partidos operários nacionais”. Não se diz quando começa exatamente este “período final”, mas que as “dificuldades insuperáveis” eram “patentes” desde “muito antes da guerra”. Togliatti, signatário da resolução de 1943, afirmou em 1959 que, pelo menos a partir de 1934, “era impossível e até absurdo pensar que se podia exercer um verdadeiro trabalho de direção desde um centro único”.²⁴

Exceto se se admitir que a metamorfose da IC — de organização adequada às necessidades do movimento operário em obstáculo a este — ocorreu magicamente, da noite para o dia, há que supor que entre o “período inicial” e o “período final” estendeu-se um “período intermediário”, durante o qual a inadequação já existia, embora não tomando as dimensões do absurdo. Em uma palavra, a resolução de 1943 reconhece de fato, ainda que não o diga explicitamente, que *durante a maior parte da sua história, a IC não foi o tipo de organização internacional de que necessitava o movimento operário*.

É verdade que este atestado de falência refere-se exclusivamente à IC enquanto método de direção e estrutura internacional — na resolução de 1943 não há a menor referência crítica à obra teórica e política da Internacional. Mas, tratada a questão com critérios marxistas, pode conceber-se que a inadequação do método e das estruturas organizacionais não incidisse negativamente no plano das resoluções políticas e das elaborações teóricas?

A argumentação de que se serve o Presidium do Comitê Executivo da IC para fundamentar a falência do mecanismo baseado na centralização internacional do movimento é consistente e coerente. Parte, com efeito, de um fato indiscutível, cujas principais facetas enumera: a “profunda diversidade dos caminhos históricos no desenvolvimento dos diferentes países”; o “diferente e inclusive contraditório caráter de seus regimes sociais”; a “diferença de nível e ritmo de desenvolvimento social e político”; a “diversidade do grau de consciência e organização dos operários”. Deste fato indiscutível, a argumentação deduz outro, que não o é menos: a existência de “diferentes tarefas” para a classe operária de cada país. E destes dois fatos indiscutíveis, deduz um corolário: a impossibilidade de “solução dos problemas do movimento operário de cada país por qualquer centro internacional”. A validade deste corolário é confirmada — assinala a resolução — por toda a experiência prática da IC (cfr. resolução, ponto 3).

No entanto, esta experiência demonstrou, “de maneira convincente, que a forma organizacional para agrupar os operários, escolhida pelo primeiro congresso da IC, era uma forma que correspondia às necessidades do período inicial do renascimento do movimento operário” (*ibid.*). Como compatibilizar esta tese com a argumentação preceden-

te? Acaso, neste “período inicial”, não estava dada a profunda diversidade de caminhos históricos, de regimes sociais e políticos, de ritmos de desenvolvimento, de contrastes no nível de consciência e organização do movimento operário? Basta um momento de atenção para evocar o panorama oferecido pela Europa e pelo mundo ao término da guerra de 1914 para constatar que todos estes traços existiam superlativamente, em grau não menor que nos períodos ulteriores da IC. Na realidade, trata-se de caracteres genéricos, encontráveis em qualquer período histórico do movimento operário, e cuja base comum é bem conhecida: *a nação*. Toda a argumentação utilizada pelo Presidium para justificar a dissolução equivale a reconhecer que a IC se espatifou contra o fato nacional. E, de fato, esta é uma das razões essenciais da sua crise. Desde a sua fundação, com as suas 21 condições,²⁵ com o seu ultracentralismo, com a subordinação draconiana da periferia ao centro, da base à cúpula, a IC eliminava de si mesma, na prática, o “fato nacional”. E, com isto, interditava a via para assumi-lo em sua exterioridade. Tremendo paradoxo! O partido que mais trabalhava sobre o “problema nacional”, que mais avançava na compreensão do fenômeno nacional, europeu e colonial, em lúcido contraste com a “ortodoxia” da Segunda Internacional (recordemos as elaborações de Lênin e Stalin, as polêmicas de Lênin com Rosa Luxemburgo, seus últimos anátemas contra o nacionalismo grão-russo pisoteador do direito à autodeterminação das nações mais débeis) este partido ignora o “fato nacional” como *componente* do próprio movimento revolucionário, de sua organização internacional. Os últimos vinte anos do movimento comunista, da “crise iugoslava” à “crise tcheca” — passando pelas crises húngara, polonesa, romena, albanesa, chinesa, etc. —, constituem a revanche aberta do “fato nacional” no movimento revolucionário. Mas antes houve a etapa da revanche subterrânea, que foi minando a Internacional. Sobre este fator fundamental da crise da IC, que se manifesta em todos os níveis da sua atividade (teórico, político, organizacional), voltaremos repetidamente ao longo da nossa análise.

A tese de que, em seu “período inicial”, a forma de organização da IC *correspondia* às necessidades do movimento operário não é acompanhada, na resolução de 1943, de qualquer demonstração. Em troca, toda a argumentação destinada a provar que nos outros períodos existiu uma crescente contradição entre esta forma organizacional e as necessidades do movimento pode aplicar-se perfeitamente, como assinamos, ao “período inicial”. É inevitável pensar que, na tentativa de excluir este período, operava um móvel subjetivo: salvar, perante a história, a criação da IC, indissolúvelmente ligada ao nome de Lênin.

Efetivamente, no “período inicial” existe uma “correspondência”, mas não aquela apontada pela resolução. A estrutura ultracentralizada da IC, seus métodos de direção, “correspondem”, não às necessidades

reais do movimento operário, mas a uma determinada concepção teórica do curso da revolução mundial, de suas exigências táticas e organizacionais — a concepção de Lênin e seu grupo bolchevique (concepção que, no último período de sua vida, Lênin começa a revisar). A contradição entre as estruturas organizacionais da IC e as “necessidades do movimento operário” é uma contradição derivada, resultante da contradição fundamental entre a citada concepção teórica do curso da revolução mundial e a marcha real do mundo. Em resumo, a crise da IC não nasce apenas das suas estruturas organizacionais: é também uma crise teórica e política.

A este respeito, é significativo que, no momento de dissolvê-la e fazer o seu balanço histórico, os dirigentes da IC não possam inscrever nele uma só vitória revolucionária. Limitam-se a quatro generalidades de signo “positivo”, cada uma das quais dissimula a alarmante faceta negativa do balanço. “O papel histórico da IC — resume a resolução de 1943 — consistiu em defender a doutrina do marxismo contra os ataques e a falsificação dos elementos oportunistas do movimento operário; em contribuir para agrupar, numa série de países, a vanguarda dos operários avançados em autênticos partidos; em ajudá-los a mobilizar as massas trabalhadoras para defender seus interesses econômicos e políticos, para lutar contra o fascismo e contra a guerra que este preparava, bem como para apoiar a União Soviética, baluarte fundamental contra o fascismo”.²⁶ Escamoteia-se o fato de que a grande maioria da classe operária nos países capitalistas continuava — quando a IC já existia há vinte e cinco anos — sob a influência do reformismo e que, na principal fortaleza do capitalismo, a incidência do marxismo sobre o proletariado era praticamente nenhuma.²⁷ Nada se diz sobre o fato de que, na maioria dos países capitalistas desenvolvidos, os partidos comunistas constituíam um fator político de escasso peso, quando não simplesmente nulo — e que, onde desempenhavam papel importante, sofreram duras derrotas, com o mais poderoso deles, o partido “modelo” do mundo capitalista, não sendo capaz de oferecer qualquer resistência eficaz ao fascismo alemão. Ladeia-se um fato fundamental: no quarto de século da existência da IC, o capitalismo atravessou a mais grave crise econômica da sua história, seguida poucos anos depois pelo segundo grande conflito bélico interimperialista — mas a Internacional não foi capaz de oferecer uma saída revolucionária para esta crise em nenhum país e, na hora da sua dissolução, quando a guerra se inclina para a derrota do fascismo, lega como perspectiva, aos partidos comunistas, o restabelecimento ou a defesa da democracia burguesa. Passa-se por alto a derrota da revolução chinesa em 1926/1927 e a debilidade geral da IC nos países coloniais, o fracasso da revolução espanhola e a frustração da Frente Popular francesa, etc.

Nenhum partido comunista pode assegurar ao proletariado uma

via garantida contra as derrotas e os fracassos — mas o que pensar do partido “marxista” que avalia a sua história como se não tivessem existido as derrotas e os fracassos dos quais foi o protagonista principal? O quadro sombrio que esboçamos, contraponto do tom auto-satisfeito exibido pela resolução de 1943, não se explica unicamente por razões subjetivas, pelas deficiências e erros da IC. Existiram poderosos fatores objetivos que contribuem para explicar, em larga medida, porque o capitalismo não só pôde sobreviver a estas difíceis provas, mas ainda fortalecer-se em uma série de aspectos e setores vitais. Porém, não há que esquecer, em primeiro lugar, que na dialética objetivo-subjetivo o subjetivo se objetiva e vice-versa; e, em segundo lugar, uma das debilidades principais da IC consistiu, precisamente, em sua incapacidade para levar em conta, teoricamente, os fatores objetivos e elaborar sobre esta base as formas e os métodos de ação adequados (limitemo-nos a assinalar aqui, para tratá-los em outro lugar mais extensamente, dois problemas estreitamente vinculados: a influência da social-democracia no movimento operário, suas raízes objetivas, etc., e o problema do capitalismo em sua fase monopolista ou, mais exatamente, em sua transição pra o capitalismo de Estado, que se inicia entre as duas guerras).

As derrotas e os fracassos são um tributo inevitável que a luta revolucionária deve pagar para alcançar a vitória, mas este tributo só é fecundo se o partido revolucionário é capaz de assimilar criticamente a experiência das derrotas e dos fracassos. O mais grave da forma em que a IC desaparece é que se vira a página da sua história sem que se submeta a experiência acumulada a uma crítica rigorosa dos comunistas. E isto se faz no momento em que se abre uma nova época, de radical mutação mundial em todos os níveis, quando novos milhões de revolucionários se incorporam à ação e o êxito desta depende vitalmente da assimilação marxista da experiência passada.

A situação de guerra não podia ser uma justificação para deixar de assumir esta tarefa, ao menos em seus aspectos mais urgentes (sem falar de que, quando a guerra terminou, tampouco a tarefa foi assumida). Se os partidos comunistas eram efetivamente a vanguarda revolucionária, os comunistas não podiam ser considerados como simples soldados ou oficiais antifascistas — tinham que ser os encarregados de elaborar, mesmo no calor do combate, uma estratégia e uma tática revolucionárias, susceptíveis de aproveitar ao máximo, em cada país e internacionalmente, as possibilidades oferecidas pela crise profunda do sistema capitalista e o auge revolucionário que se delineava. Neste sentido, experiências como a guerra civil espanhola e a Frente Popular francesa, que mostravam o pântano para o qual poderiam conduzir as táticas da unidade antifascista, eram de valor inestimável para a situação que os partidos comunistas haveriam de enfrentar na última fase da guerra e logo depois dela. Por outro lado, nas condições da guerra anti-

fascista em escala européia, quando o desenlace da luta, em cada país, dependia menos que nunca da simples correlação interior das forças, a coordenação da ação entre os diversos partidos comunistas era uma necessidade evidente. A resolução de 1943 rema contra estas duas exigências.

Em primeiro lugar, proclama uma linha uniforme para todos os partidos, ao invés de convocá-los a elaborar, com a máxima iniciativa, a política que melhor correspondesse às peculiaridades da luta em cada país. Ou seja: a resolução dissolve a Internacional argumentando que o método de direção do movimento revolucionário de cada país a partir de um centro internacional fracassou historicamente — mas, no mesmo ato, utiliza o mesmo método.

Em segundo lugar, aquela linha parte, antes de mais, das exigências postas pela negociação entre os “três grandes” da coalizão antihitleriana, o que não podia deixar de acentuar ao extremo as tendências “direitistas” emergentes no período da frente popular.

Em terceiro lugar, a IC é dissolvida sem que se coloque o problema dos novos tipos de vinculação entre os partidos comunistas. O fracasso da forma de organização internacional representada pela IC é tacitamente apresentado como a prova de que não deve existir nenhuma forma de organização internacional do movimento revolucionário. Num situação que obviamente exigia a estreita coordenação da ação dos partidos comunistas, a resolução de 1943 impõe que cada um se limite a atuar no marco de seu país.

Na prática, como é notório, cada partido deveria limitar-se ao marco de seu país... mas em estreita relação com a alta direção soviética. A perpetuação do método da IC não se expressava simplesmente na proclamação, na hora da sua morte, de uma linha uniforme para todos os partidos comunistas — expressava-se em que o papel do Comitê Executivo da IC (intermediar a direção da IC pelo Partido Comunista da URSS) passava a ser desempenhado diretamente, ainda que não abertamente, pelo Birô Político do partido soviético. Nestas condições, não só a formulação geral da linha ditada pela resolução de 1943, mas a sua aplicação concreta ajustar-se-ia a todo momento às necessidades da alta estratégia político-militar da URSS. No segundo tomo deste livro, veremos detalhadamente os efeitos desta subordinação sobre o movimento comunista herdeiro da IC.

Nos capítulos deste primeiro tomo, que se seguem agora, propomo-nos fundamentar a avaliação formulada páginas atrás: a liquidação da IC recobre a chegada a um ponto crítico, num momento de viragem da história mundial, de uma longa crise, iniciada já nos primeiros anos da Internacional. E começaremos por examinar a gênese e o processo desta crise no plano das concepções que servem de fundamento teórico à ação política e às estruturas orgânicas da IC.

NOTAS

- ¹ Ao longo do texto, a Internacional Comunista (*Komintern*) será designada geralmente pela sigla IC (*nota do editor espanhol*). Na edição brasileira, o *Komintern* será designado como IC, Internacional Comunista, Internacional ou Terceira Internacional, conservando-se, aliás, as várias denominações da própria edição castelhana (*N. do T.*).
- ² Cfr. nota 14, resolução do Comitê Executivo da IC, ponto 7.
- ³ Segundo os estatutos da IC aprovados no VI Congresso (1928). Em *Thèse et résolutions du VI^e Congrès de l'I.C.*, Feltrinelli reprint, 1967, pp. 101/103. A seguir, citaremos: *VI Congresso*.
- ⁴ Incluído na introdução aos estatutos da IC aprovados no II Congresso. Em *Manifestes, thèses et résolutions des quatre premiers congrès mondiaux de l'Internationale Communiste, 1919/1923. Textes complets*, Feltrinelli reprint, 1967, p. 37. A seguir, citaremos: *Congressos I-IV*.
- A fórmula que transcrevemos não é textualmente a de Marx, mas a condensação feita na introdução citada, que antes recupera integralmente a passagem de Marx. Esta reza: "A emancipação não é um problema local ou nacional, mas um problema social, que envolve todos os países onde existe o regime social moderno e cuja solução depende da colaboração teórica e prática dos países mais avançados."
- Os estatutos da Primeira Internacional, redigidos por Marx, encontram-se em *Los congresos obreros internacionales en el siglo XIX*, de Amaro del Rosal, Grijalbo, México, 1958.
- ⁵ "Considerando a situação na Europa, penso que é desejável, sem dúvidas, deixar em segundo plano, provisoriamente, a organização formal da Internacional [...]. Os acontecimentos, o desenvolvimento e o agravamento inelutável da situação, por si mesmos, vão se encarregar de que a Internacional ressuscite sob forma melhorada." Carta de Marx a Sorge, de 27 de setembro de 1874, em *Obras de Marx y Engels*, 2^a ed. russa, t. 33, p. 508 (os sublinhados são nossos).
- Na resolução de dissolução da IC (cfr. nota 14 deste capítulo, ponto 6), estabelece-se um paralelismo com a dissolução da Primeira Internacional, escamoteando-se este ponto essencial. Em geral, a versão que neste documento se oferece para as causas que determinaram a dissolução da Primeira Internacional não tem a mais remota relação com a verdade histórica.
- ⁶ Da carta-convite do Partido Comunista russo (subscrita por Lênin e Trótski) a outros partidos e grupos revolucionários da Europa para assistirem ao I Congresso da IC. Em *Congressos I-IV*, p. 4.
- ⁷ *VI Congresso*, p. 46. "A coordenação do trabalho e das ações revolucionárias, e a sua boa direção, impõem ao proletariado internacional uma disciplina internacional de classe, da qual a disciplina internacional mais rigorosa nas fileiras dos partidos comunistas é a condição essencial. Esta disciplina internacional deve traduzir-se pela subordinação dos interesses parciais e locais do movimento a seus interesses gerais e permanentes e pela estrita aplicação de todas as decisões dos órgãos dirigentes da IC por todos os comunistas" (*ibid.*, p. 99).
- ⁸ O emprego de termos militares era um traço típico da linguagem da IC, transplantado, como veremos adiante, do partido bolchevique. A palavra *Komintern*, com que se designa a Internacional Comunista, provém da abreviatura desta expressão em russo.
- ⁹ Nas teses aprovadas pelo VI Congresso sobre a luta contra a guerra imperialista e as tarefas dos comunistas. Teses 75 e 76. Cfr. *VI Congresso*, p. 157.
- ¹⁰ Da resolução do VII Congresso da IC "sobre as tarefas da IC em face da preparação de uma nova guerra mundial pelos imperialistas"; cfr. *VII vsemirni kongress Kommunisticheskovo Internatsionala [VII Congresso Mundial da Internacional Comunista]*, Partisdats, 1935, p. 498.
- ¹¹ Nas teses contra a guerra imperialista e as tarefas dos comunistas, aprovados no VI Congresso (e ratificados no VII), distinguem-se "três tipos de guerras": "1. guerras entre Estados imperialistas; 2. guerras de contra-revolução imperialista, dirigidas contra Estados proletários, contra países nos quais se edifica o socialismo; 3. guerras nacionais revolucionárias, principalmente nas colônias, contra o imperialismo, respondendo à opressão e aos ataques das potências." Partindo desta classificação, as teses definiam detalhadamente a tática e os meios da luta dos comunistas em cada caso (*VI Congresso*, pp. 105-107; a citação anterior é da p. 113). Como classificar a segunda guerra mundial, em que se entrelaçaram guerras dos "três tipos"?
- ¹² Esta obra de Deutscher, sob o título *Stalin, história de uma tirania*, foi publicada no Brasil, em dois volumes, pela Ed. Civilização Brasileira, Rio de Janeiro, 1968 (*nota do tradutor*).
- ¹³ Cfr. Deutscher, *Stalin*, Gallimard, Paris, 10^a ed., p. 383 (de fato, Deutscher não trata do problema, limitando-se a uma alusão marginal). Pierre Broué, em *Le Parti Bolchévique* (Ed. du Minuit, Paris, 1963, pp. 433-439), expressa a avaliação trotskista sobre a dissolução, mas sem examinar o acontecimento em si mesmo. A versão comunista oficial encontra-se nos seguintes trabalhos: artigo de B. N. Ponomarev (atual responsável do CC do PCUS, com Suslov, para as ques-

tões do movimento comunista) na *Grande enciclopédia soviética*, t. 22, pp. 258-267 (existe uma versão francesa em Ed. Sociales, Paris, 1955, sob o título *Les Trois Internationales*) William Forster: *History of the three internationals*, New York, 1955, cap. 49; Togliatti: "Alcuni problemi della storia dell'Internazionale Comunista", *Rinascita*, n.º 7-8, 1959; G. Amendola: "Veinticinco anni dopo lo scioglimento dell'Internazionale Comunista", *Crítica Marxista*, n.º 4-5, 1968. Em todos estes trabalhos não se faz mais que repetir, às vezes textualmente, a argumentação da resolução do Presidium do Comitê Executivo da IC, de 15 de maio de 1943, cuja íntegra oferecemos na nota 14.

¹⁴ *Texto da resolução do Presidium do Comitê Executivo da Internacional Comunista, de 15 de maio de 1943* (a numeração dos parágrafos como pontos foi introduzida por nós, para facilitar as referências):

1. O papel histórico da Internacional Comunista, fundada em 1919, no desdobramento do fracasso político da esmagadora maioria dos velhos partidos operários do pré-guerra, consistiu em defender a doutrina do marxismo contra os ataques e a falsificação dos elementos oportunistas do movimento operário; em contribuir para agrupar, numa série de países, a vanguarda dos operários avançados em autênticos partidos; em ajudá-los a mobilizar as massas trabalhadoras para defender seus interesses econômicos e políticos, para lutar contra o fascismo e contra a guerra que este preparava, bem como para apoiar a União Soviética, baluarte fundamental contra o fascismo.

2. A Internacional Comunista desmascarou oportunamente o verdadeiro significado do "Pacto Anti-Komintern", como instrumento de preparação da guerra pelos hitlerianos. Desmascarou infatigavelmente, muito antes da guerra, o infame trabalho de sapa dos hitlerianos nos Estados estrangeiros, trabalho encoberto sob a sua campanha contra uma suposta ingerência internacional comunista nos assuntos internos daqueles Estados.

3. Mas já muito antes da guerra era cada vez mais patente que, à medida que se complicava a situação de cada país, tanto interna como externamente, a solução dos problemas do movimento operário de cada país a partir de qualquer centro internacional encontraria dificuldades insuperáveis. A profunda diversidade dos caminhos históricos do desenvolvimento dos diferentes países do mundo, o caráter distinto e até contraditório de seus regimes sociais, a diferença de nível e ritmo de seu desenvolvimento social e político e, finalmente, a diversidade do grau de consciência e de organização dos operários impuseram também tarefas diferentes à classe operária dos distintos países.

Todo o curso dos acontecimentos durante o último quarto de século, assim como a experiência acumulada pela Internacional Comunista, demonstraram de maneira convincente que a forma de organização para agrupar os operários, escolhida pelo primeiro congresso da IC, era uma forma que correspondia às necessidades do período inicial do renascimento do movimento operário, a qual ia caducando à medida que este movimento se desenvolvia e se desenvolvia a complexidade das suas tarefas nos diferentes países, chegando até a ser um obstáculo para o fortalecimento ulterior dos partidos operários nacionais.

4. A guerra desencadeada pelos hitlerianos aprofundou ainda mais as diferenças na situação dos distintos países, traçou uma nítida linha divisória entre os países envolvidos com a tirania hitleriana e os povos amantes da liberdade, agrupados na poderosa coalizão anti-hitleriana. Enquanto que, nos países do bloco hitleriano, a tarefa fundamental dos operários, trabalhadores e todas as pessoas honradas consiste em contribuir, por todos os meios, para a derrota deste bloco, correndo desde o interior a máquina de guerra hitleriana, colaborando com a derrocada dos governos culpados pela guerra, nos países da coalizão anti-hitleriana o dever sagrado das amplas massas populares e, antes de mais, o dever dos operários de vanguarda consiste em apoiar, por todos os meios, os esforços militares dos governos destes países para o mais rápido aniquilamento do bloco hitleriano e para garantir a amizade recíproca das nações sobre a base da igualdade de direitos.

Não se deve perder de vista, tampouco, que nos diferentes países que compõem a coalizão anti-hitleriana há tarefas específicas. Assim, por exemplo, nos países ocupados pelos hitlerianos, que perderam a sua independência enquanto Estados, a tarefa fundamental dos operários avançados consiste em desenvolver a luta armada, transformando-a em guerra nacional de libertação contra a Alemanha hitleriana. Ao mesmo tempo, a guerra libertadora dos povos amantes da liberdade contra a tirania hitleriana, ao colocar em movimento as mais amplas massas populares, que se unem sem distinção de partidos ou crenças religiosas nas fileiras da poderosa coalizão anti-hitleriana, patenteia com a maior evidência que o auge geral nacional e a mobilização das massas para acelerar a vitória sobre o inimigo podem ser realizados melhor e mais fecundamente pela vanguarda do movimento operário de cada país dentro dos marcos de seu Estado.

5. O VII Congresso da IC, celebrado em 1935, tendo em conta as mudanças produzidas tanto na situação internacional quanto no movimento operário, mudanças que requeriam uma grande agilidade e autonomia de suas seções para resolvê-las, decidiu, sublinhou a necessidade de que o Comitê Executivo da IC, ao solucionar todos os problemas do movimento operário, “se baseasse nas condições e particularidades concretas de cada país, evitando, como regra geral, imiscuir-se diretamente nos assuntos orgânicos internos dos partidos comunistas”. Estas mesmas considerações moveram a IC a aprovar, uma vez conhecida, a resolução adotada pelo Partido Comunista dos Estados Unidos da América, em novembro de 1940, sobre a sua retirada do âmbito da Internacional Comunista.

6. Os comunistas, guiados pela doutrina dos fundadores do marxismo-leninismo, nunca foram partidários da conservação de formas caducas de organização; sempre subordinaram as formas de organização do movimento operário e os seus métodos de trabalho aos interesses políticos vitais do movimento operário em seu conjunto, às peculiaridades da situação histórica concreta e às tarefas que se deduzem diretamente desta situação. Os comunistas evocam o exemplo do grande Marx, que aglutinou os operários de vanguarda na Associação Internacional dos Trabalhadores e, depois, quando a Primeira Internacional cumprira com a sua missão histórica, lançando os alicerces para o desenvolvimento dos partidos operários nos países da Europa e da América, uma vez que amadurecera a necessidade de criar partidos operários nacionais de massas, procedeu à sua dissolução, já que esta forma de organização não correspondia mais àquela necessidade.

7. Partindo das considerações anteriores, e tendo em conta o crescimento e a maturidade política dos partidos comunistas e seus quadros dirigentes nos diversos países, e considerando, ainda, que durante a guerra atual uma série de seções colocaram a questão da dissolução da Internacional Comunista como centro dirigente do movimento operário internacional, o Presidium do Comitê Executivo da Internacional Comunista, impossibilitado, em função da guerra mundial, de convocar um congresso da Internacional Comunista, permite-se submeter à aprovação das seções da Internacional Comunista a seguinte proposição: - Dissolver a Internacional Comunista como centro dirigente do movimento operário internacional, liberar as seções da Internacional Comunista das obrigações derivadas dos estatutos e resoluções dos congressos da Internacional Comunista.

O Presidium do Comitê Executivo da Internacional Comunista exorta a todos os partidos comunistas a concentrar suas forças para apoiar, por todos os meios, e participar ativamente na guerra libertadora de povos e Estados da coalizão anti-hitleriana, a fim de acelerar a derrota do inimigo mortal dos trabalhadores, o fascismo alemão e seus aliados e vassallos.

Os membros do Presidium do Comitê Executivo da Internacional Comunista: Dimitrov, Ercoli, Florin, Gottwald, Koralov, Koplening, Kuusinen, Manuiski, Marty, Pieck, Zhdanov, Thorz. 15 de maio de 1943.

Texto do comunicado do Presidium do Comitê Executivo da IC, de 9 de junho de 1943:

Em sua última sessão, de 8 de junho, o Presidium do Comitê Executivo da Internacional Comunista analisou as decisões recebidas de suas seções, acerca da resolução de 15 de maio de 1943, sobre a dissolução da Internacional Comunista, e constatou:

1. que a proposição de dissolver a Internacional Comunista foi aprovada pelos partidos comunistas da Alemanha, Argentina, Austrália, Áustria, Bélgica, Bulgária, Canadá, Partido Socialista Unificado da Catalunha, Partido Comunista da Colômbia, União Revolucionária Comunista de Cuba, partidos comunistas da Tchecoslováquia, Chile, Espanha, Finlândia, França, Grã-Bretanha, Hungria, Irlanda, Itália, México, Costa Rica, Partido Operário da Polônia, partidos comunistas da Romênia, Síria, Suécia, União Sul-Africana, Partido Comunista Bolchevique da URSS e pela Internacional Juvenil Comunista (aderente à IC com direitos de seção);
2. que de nenhuma das seções da Internacional Comunista se recebeu qualquer objeção contra a proposição do Presidium do Comitê Executivo.

Considerando tudo isto, o Presidium do Comitê Executivo da Internacional Comunista resolve:

— Primeiro: declarar que a proposição de dissolver a Internacional Comunista foi unanimemente aprovada pelas seções que tiveram a possibilidade de comunicar suas decisões (entre as quais se encontram todas as seções mais importantes).

— Segundo: considerar que a partir de 10 de junho de 1943 estão dissolvidos o Comitê Executivo da Internacional Comunista, o Presidium e o Secretariado do Comitê Executivo e a Comissão Internacional de Controle.

— Terceiro: encarregar a uma Comissão composta por Dimitrov (presidente), Ercoli, Manuiski e Pieck a liquidação dos assuntos pendentes, dos organismos, dos serviços e dos bens da Internacional Comunista.

Por determinação do Presidium do Comitê Executivo da Internacional Comunista: G. Dimitrov. 9 de junho de 1943.

Texto da resposta de Stalin ao correspondente da agência Reuter em Moscou, datada de 28 de maio de 1943.

Pergunta: Os comentários britânicos sobre a decisão de liquidar a IC foram muito favoráveis. Qual é o ponto de vista soviético sobre este assunto e seu alcance para as futuras relações internacionais?
Resposta: A dissolução da Internacional Comunista é acertada e oportuna porque facilita a organização do assalto comum de todos os povos amantes da liberdade contra o inimigo comum, o hitlerismo.

A dissolução da Internacional Comunista é acertada porque:

- a) evidencia a mentira dos hitlerianos, que afirmam que “Moscou tenta interferir na vida de outras nações para bolchevizá-las”. Agora se põe termo a esta calúnia;
- b) evidencia a calúnia dos adversários do comunismo no interior do movimento operário, que afirmam que os partidos comunistas nos diversos países atuam não no interesse de seus povos, mas sob ordens estrangeiras. Também se põe termo a esta calúnia;
- c) facilita a atividade dos patriotas nos países amantes da liberdade para unir as forças progressistas de seus respectivos países, sem distinção de partidos ou credos religiosos, num campo único de libertação nacional para desenvolver a luta contra o fascismo;
- d) facilita a atividade dos patriotas de todos os países para unir a todos os povos amantes da liberdade em um só campo internacional de luta contra a ameaça de dominação do mundo pelo hitlerismo, abrindo assim o caminho para a futura organização da colaboração fraternal das nações, baseada em sua igualdade.

Creio que todas estas circunstâncias, tomadas em seu conjunto, resultarão no fortalecimento ulterior da Frente Única dos Aliados e demais Nações Unidas, em sua vitória sobre a tirania hitleriana.

Parece-me que a dissolução da IC é perfeitamente oportuna porque, precisamente agora, quando a besta fascista mobiliza suas últimas energias, é necessário organizar o assalto comum de todos os países amantes da liberdade para liquidá-la e libertar os povos da opressão fascista. J. Stalin. 28 de maio de 1943.

¹³ Ensaio citado na nota 13, *Rinascita*, n.º 7-8, p. 480 (o grifo é nosso). Mais recentemente, o historiador comunista italiano, Alberto Carraciolo, insistiu sobre o “fato deplorável” da “a falta absoluta, até hoje, de fontes russas para este gênero de investigações”. Cfr. *Gramsci y el marxismo*, Proteo, Buenos Aires, 1965, p. 120.

¹⁴ Em 1967, a editora Feltrinelli empreendeu a reedição dos principais documentos públicos da IC. Mas a documentação mais completa está reunida no Instituto de Marxismo-Leninismo de Moscou e em outras instituições soviéticas, dependentes do Comitê Central do PCUS. Depois de 1935, não se voltou a reeditar na URSS os textos completos das teses, resoluções e atas dos seis primeiros congressos da IC, nem dos documentos do período do pacto germano-soviético. Os únicos documentos autorizados para circulação em versão integral são os do VII Congresso.

No que concerne à vida interna da IC, os únicos testemunhos disponíveis provêm dos sucessivos “hereses”. Possuem interesse particular, além dos trabalhos de Trótski e de outros opositores russos, o livro do comunista alemão Arthur Rosenberg, *Histoire du bolchévisme*, publicado na Alemanha em finais de 1932 e reeditado em Paris, 1967, por Grasset; *L'Œil de Moscou a Paris*, de Jules Humbert-Droz, antigo secretário da IC, Julliard, Paris, 1964; *Tito parle...*, de Vladimir Dedijer, Gallimard, Paris, 1953; os arquivos de Tasca, representante do Partido Comunista italiano na IC, cuja publicação foi iniciada por Feltrinelli.

¹⁵ Ponomarev, art. cit. da *Grande enciclopédia soviética*.

¹⁶ Tomamos a citação da versão russa da obra *Istoria trioj Internatsionalov*, Moscou, 1959, p. 470 (o grifo é nosso). Forster não subscreve a resolução de 1943 porque, em 1940, o Partido Comunista dos Estados Unidos resolveu sair da IC.

¹⁷ Deutscher, *Stalin*, cit.; p. 383.

¹⁸ Inclusive a direção do Partido Comunista iugoslavo, cuja política revolucionária na guerra de libertação tropeçara já com as primeiras recomendações de “moderação” procedentes de Moscou, expressou seu acordo incondicional com a declaração de Stalin, Cfr. *Tito parle...* pp. 206-207.

¹⁹ No capítulo I do segundo tomo, examinaremos em detalhe a política staliniana de divisão das “esferas de influência”.

²⁰ A Iugoslávia é a exceção da regra. O Partido Comunista iugoslavo não respeitou a proporção 60/40 acertada entre Molotov e Eden (cfr. segundo tomo, capítulo I, nota 143) e concluiu a revolução em 1943.

²¹ Artigo 1.º dos estatutos da IC, aprovados no II Congresso. Cef. *Congressos I-IV*, pp. 37-38.

²⁴ Togliatti, op. cit., *Rinascita*, nº 7-8, 1959, p. 480.

²⁵ Cfr. o capítulo 3 deste tomo.

²⁶ Cfr. nota 14 deste capítulo, resolução, ponto 1. Esta caracterização foi invariavelmente repetida, textualmente ou através de glosas que não modificam a sua essência, em todos os documentos ou histórias oficiais do movimento comunista. Por isto, não deve ser tomada como uma "improvisação" dos tempos de guerra.

²⁷ Naturalmente que fazemos abstração do conteúdo desta "defesa" do marxismo que, sob Stalin, vai se convertendo na operação de enfrentar uma variedade de "ataques e falsificações" com outras variedades do mesmo delito. Mas, neste aspecto, não há qualquer "ocultamento" por parte dos dirigentes da IC - como todos os comunistas da época, estavam formados nesta variedade de "marxismo", tomando-o por ouro de lei. Em troca, o fato de que a maioria da classe operária continuava sob o império do reformismo era empiricamente evidente. Aqui, a resolução do Presidium operava um flagrante ocultamento, como nos outros aspectos mencionados a seguir.